



ANA MARIA CAMPOS
camposanamarca5@gmail.com

Reprodução/TV Cultura



Debate sobre o Fundo Constitucional sempre volta

As propostas de mudanças nos cálculos de reajuste do Fundo Constitucional do DF, debatidas no início deste terceiro governo Lula, não morreram. O ministro da Economia, Dario Durigan, disse em entrevista ao programa *Roda Viva* que o FCDF precisa ser revisto e deve ser comparado a todos os demais fundos do país.

Garantia

A visão de que o Fundo Constitucional do DF é uma mesada da União para o Distrito Federal — e não uma receita fundamental para custear a segurança pública e ajudar a bancar a saúde e a educação — ficou claro na entrevista de Dario Durigan no *Roda Viva*. Ele disse que o Fundo Constitucional poderia ser usado como garantia para a captação de empréstimo pelo GDF para socorrer o BRB.

BRB quebrado

Dario Durigan disse com todas as letras: o GDF “quebrou o BRB”. Dito pelo ministro da Economia mostra como a situação é grave.

Dimmy Falcão/Divulgação



Promoção

A juíza de direito Luciana Freire Naves Fernandes Gonçalves tomou posse ontem no cargo de juíza de Turma Recursal do TJDF. A cerimônia ocorreu no gabinete da Presidência. A magistrada irá compor a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal. Luciana Freire é graduada em direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (UnICEUB), em 1991, com mestrado em ciências jurídico-criminais pela Universidade de Lisboa, em 2001, e pós-graduação lato sensu em ordem jurídica e Ministério Público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Integra o TJDF há mais de três décadas, tendo iniciado sua trajetória como técnica judiciária e assessora de desembargador.

Sold out

Comentário de quem conhece os bastidores da delação premiada de Paulo Henrique Costa: “Deve estar faltando Rivotril nas farmácias de Brasília”.

Defensoria se aproxima

Em agenda institucional na Câmara Legislativa, o novo defensor público-geral do Distrito Federal, Reginaldo Rossano Alves, percorreu gabinetes para se apresentar aos parlamentares

e reforçar a atuação da Defensoria Pública. Em visita à deputada distrital Paula Belmonte (PSDB), colocou o órgão à disposição do mandato para ações conjuntas voltadas à população mais vulnerável. A pauta da saúde esteve entre os principais pontos da conversa. E, diante do aumento de demandas judiciais para acesso a atendimentos e procedimentos, Paula Belmonte avaliou o cenário com preocupação. “É muito triste ver pessoas tendo que recorrer à Defensoria Pública para conseguir algo que já é um direito básico, como o acesso à saúde”, afirmou.

Orçamento

Durante o encontro, Rossano também pediu apoio para uma proposta que está em estudo para garantir autonomia orçamentária à Defensoria Pública, nos moldes do que já ocorre com a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do DF.

Bruno Peres/Esp. CB/D.A Press



Arquivo Pessoal



Pedal

Partiu do ex-chefe da Casa Civil Gustavo Rocha (foto) a ideia de liberar a pista do Autódromo Internacional de Brasília para ciclistas profissionais e amadores. Gustavo tem o hábito de pedalar e conhece os desafios para quem treina ciclismo nas ruas da cidade. No primeiro dia, ontem, mais de 400 atletas utilizaram a pista de 5,3km de extensão. A liberação para ciclistas será às terças, quartas e quintas-feiras, das 5h às 9h.

Luiz Silveira/STF



Mais mulheres

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) lançou, nesta terça-feira (5), a “Campanha Representatividade”, que estimula a participação política de grupos historicamente sub-representados no Brasil: mulheres, negros e indígenas. A ação será veiculada nas emissoras de rádio e TV até 30 de julho.

IDP inaugura Clínica de Psicologia

O Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) inaugura hoje a nova Clínica de Psicologia, concebida como um espaço de formação prática para os estudantes, com foco na simulação de atendimentos, supervisões e práticas integradas. Com estrutura moderna e acompanhamento de professores experientes, o ambiente busca conectar o conhecimento acadêmico à prática profissional humanizada, além de ampliar a contribuição do IDP para a comunidade.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

CASO MASTER

Incertezas jurídicas sobre o uso de imóveis, dificuldade para obter aval da União e atraso na divulgação do balanço pressionam o banco, que enfrenta desconfiança do mercado e corre contra o tempo para garantir a capitalização

BRB em compasso de espera

» PAULO GONTIJO

A capitalização do Banco de Brasília (BRB) tem se tornado uma tarefa cada vez mais complexa diante de dificuldades jurídicas, limitações fiscais e desconfiança crescente do mercado. Em meio a prejuízos bilionários e pressão por transparência, o banco corre contra o tempo para recompor seu capital e evitar medidas mais duras por parte dos órgãos reguladores, depois das negociações de títulos podres do Banco Master, em 2025.

O cenário de incerteza se intensificou com a disputa jurídica em torno do uso de imóveis públicos para reforçar o caixa da instituição. O tema será analisado, a partir da próxima sexta-feira, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em meio a divergências entre o entendimento do presidente da Corte, ministro Edson Fachin, e o parecer do procurador-geral da República, Paulo Gonet, contrário à medida. A manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) apontou riscos e questionou a falta de critérios claros na utilização desses bens.

Por outro lado, mesmo se liberados, os imóveis não resolvem o problema estrutural. “A venda de ativos ajuda, mas não resolve a

questão de fundo. O banco tem um problema patrimonial relevante. Isso pode aliviar momentaneamente, mas não substitui uma reestruturação mais profunda”, ressaltou César Bergo, economista e professor da Universidade de Brasília (UnB).

Diante desse contexto, a governadora Celina Leão (PP) afirmou, na segunda-feira, que está “tranquila” em relação ao julgamento. “Para mim, não é nenhuma surpresa. Estamos aguardando com muita tranquilidade”, disse.

A avaliação de especialistas ouvidos pelo *Correio* é de que o cenário está longe de ser confortável. Economista e especialista no mercado financeiro, Newton Marques afirma que o banco enfrenta um cenário de pressão constante sobre o caixa. “O BRB está em uma situação bastante delicada, em que precisa levantar recursos com urgência, mas está pagando caro por isso, porque o mercado precisa o risco elevado da instituição. Cada vez que essa solução demora, o custo aumenta e a situação se deteriora ainda mais”, explicou.

Segundo ele, o volume necessário para recompor o capital também é um desafio relevante. “Estamos falando de bilhões de reais. Não é simples levantar esse

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



A capitalização segue sem solução definitiva e balanço só sairá dia 29

montante, ainda mais quando o controlador, que é o GDF, também enfrenta limitações fiscais. As alternativas anunciadas até agora não se concretizaram, o que aumenta a desconfiança.”

A expectativa do mercado, portanto, é de cautela. “Hoje, o BRB é visto como um banco de alto risco. Ele sofreu rebaixamentos e isso impacta diretamente na capacidade de captação. Sem uma

solução clara, o cenário tende a piorar”, completou.

Silêncio no Planalto

Em paralelo, Celina Leão ainda busca uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para discutir o aval da União a um empréstimo junto ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) — composto por grandes bancos.

Na prática, o aval funciona como uma garantia federal à operação com o FGC. Caso o BRB ou o GDF não consigam honrar a dívida, a União assumiria o compromisso, reduzindo o risco para credores e facilitando a liberação do crédito.

Ao ser perguntada sobre o pedido de audiência com o presidente da República, durante agenda oficial, Celina Leão afirmou, ontem, que segue sem resposta e reforçou: “Estou aguardando”.

Apesar disso, o cenário político e técnico não é favorável. César Bergo avalia que a chance é remota. “Esse aval da União é extremamente difícil de ser concedido. Não é apenas uma decisão política, envolve critérios técnicos rigorosos. O GDF hoje apresenta fragilidade fiscal e baixa capacidade de pagamento, o que pesa negativamente nessa análise.”

Na prática, esse pedido revela o nível de dificuldade enfrentado pelo governo local. “Quando você precisa recorrer à União como garantidora, é porque as alternativas próprias estão bastante limitadas”, completou.

“Problema do GDF”

O Ministro da Fazenda, Dario Durigan, em entrevista ao

programa *Roda Viva*, da TV Cultura, na noite de segunda-feira, afirmou que a União não deve socorrer o banco distrital e, muito menos, dar garantias sem que o DF tenha capacidade junto ao Tesouro: “O BRB é problema do Governo do DF”.

O ministro descartou uma possível ajuda da União para socorrer a instituição financeira, apesar das tentativas da governadora de buscar apoio do governo federal para conseguir garantias. Segundo ele, o GDF é responsável pelos problemas do BRB e a União só deverá socorrer o banco público se houver risco para o sistema financeiro. “Não dá para cobrir um rombo que é mal explicado”, afirmou.

O mercado e o Banco Central aguardam a divulgação do balanço consolidado de 2025 da instituição, promessa que deveria ter sido cumprida em 31 de março, mas foi adiada na noite do mesmo dia, conforme fato relevante encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Desde então, o banco corre contra o tempo com um novo prazo para dia 29 deste mês. Enquanto isso, a capitalização segue sem solução definitiva, e cada novo obstáculo torna o caminho ainda mais estreito para o BRB.